



17244307



08004.000031/2022-56



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP**  
**COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA**

**LISTA DE PRESENÇA (17275512)**

Data	15/02/2022	
Local	Microsoft Teams	
ITEM	NOME	ÓRGÃO
1	Brenda Juliana da Silva	SENAD
2	Bruna Ignacio Moreira	CGGE
3	Cintya Oliveira da Silva	CGGE
4	Claudio Antonio de Almeida Py	AECI
5	Cristiano Tavares Torquato	DEPEN
6	Daniela Cristina Porto	SENAJUS
7	David de Lima Freitas	SPO
8	Deborah Lucia Siqueira Botelho	CGGE
9	Diego Mantovaneli Do Monte	SEGEN
10	Elvis Silves Pereira	SEOPI
11	Giovanni Magliano Junior	SENAD
12	Graziele Ferreira de Oliveira	SPO
13	Guilherme Alves dos Santos	SENASP
14	Gustavo da Cruz Sant Ana	PF
15	João Francisco Goulart dos Santos	FUNAI
16	Leonardo de Melo Costa	CGGE

17	Luiz Fernando Zugliani	AN
18	Marcia Aiko Tsunoda	DEPEN
19	Maria Cardoso Grochevicz	SEOP
20	Matheus Jose Ferraz Fernandes	CGGE
21	Natália Ferreira da Rocha	CGGE
22	Raíssa Guimarães	SENACON
23	Raíssa Pereira de Araújo	DEPEN
24	Raquel dos Santos Ribeiro	AN
25	Rian Gomes Correa	SPO
26	Tony Gean Barbosa de Castro	PF
27	Viviane Salomao Braga	SENACON
28	Wellington Clay Porcino Silva	PF
29	Wesley Leão	PRF

<b>Pauta da reunião (17251350)</b>	1) Apresentação Inicial 2) Publicação da Portaria de Governança do MJSP 3) Pendências - Formulário de detalhamento 4) Pendências - Relatórios de monitoramento 5) Atualização de formulários de detalhamento após alterações da nova carteira 6) Apresentação - DEPEN 7) Apresentação - SEGEN 8) Informes Gerais 9) Encaminhamentos
--	---

- O Sr. David de Lima Freitas, Subsecretário de Planejamento e Orçamento – SPO e Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, iniciou a reunião ordinária da CT-CGE às 15:00 do dia 15/02/2022, realizada por meio do aplicativo Microsoft Teams, agradecendo a participação dos presentes, e em seguida, apresentou a pauta da reunião (17251350).
- O primeiro tópico da reunião tratou sobre a publicação da Portaria do Ministro nº 2, de 28 de fevereiro de 2022, que atualizou informações do Sistema de Governança do MJSP substituindo o normativo anterior (Portaria nº 86, de 23 de março de 2020). Em seguida, o Sr. David informou aos participantes que foram registradas no processo SEI nº 08011.000086/2021-86 todas as propostas de alterações e sua consolidação pela Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional - CGGE. Foram informadas também as principais alterações ocorridas no normativo, quais sejam:
  - Retorno do CADE ao Sistema de Governança do MJSP;
  - Alterações no âmbito do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – CIC; e
  - Inclusão da Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC.

3. Ao final do tópico, o Sr. David comunicou que será enviado um e-mail às unidades, informando sobre essas alterações e que a nova portaria está disponível para acesso no grupo teams da CT-CGE ou através do link: [Equipe TEAMS CT-CGE](#).
4. Dando sequência à reunião, o Sr. David tratou sobre as pendências de cada unidade, acerca dos formulários de detalhamento e dos relatórios de monitoramento das políticas públicas do Ministério, referentes ao ciclo de janeiro de 2022. Foi informado que algumas unidades organizacionais ainda estão com pendências no envio destes documentos e foi solicitado aos seus representantes o envio das informações o mais breve possível. Foi apresentado também o percentual de detalhamento das políticas públicas do MJSP, que atualmente conta com 82% de suas políticas com detalhamento realizado, o que corresponde ao número de 61 (sessenta e uma) de um total de 74 (setenta e quatro) políticas públicas da carteira vigente. Foi informado ainda que o calendário de apresentações de políticas públicas e o *link* da tabela de controle de detalhamento e monitoramento, cujas pendências e demais informações de envio das unidades são registradas de forma detalhada, será encaminhado aos presentes e frisou que a tabela de controle se encontra disponível no grupo da CT-CGE do aplicativo *Microsoft Teams*. O Sr. David informou também que foi enviado e-mail prévio para as unidades com pendência no envio dos relatórios de monitoramento e que estes devem ser enviados para a caixa SEI da CT-CGE. Ao final deste tópico, o Subsecretário informou dos ciclos quadrimestrais para apresentação dos relatórios de monitoramento que acontecem nos meses de janeiro, maio e setembro.
5. Passando para o próximo tópico, o Sr. David apresentou as principais alterações realizadas na carteira de políticas públicas após sua revisão. A tabela exibida pelo Sr. David apresentou o detalhamento e as principais mudanças ocorridas nas políticas públicas do Ministério. Foi ressaltada a importância das unidades atualizarem o formulário de detalhamento, após a revisão, para que essas mudanças estejam refletidas em documento atualizado.
6. O representante da Polícia Federal, Sr. Gustavo Sant'anna, pediu a palavra para apresentar o Sr. Tony Gean, que será o novo representante da unidade na Comissão. O Sr. David fez um breve resumo do papel que a Comissão tem no Ministério, entre eles, o de atuar como um órgão facilitador entre as unidades, além de subsidiar o colegiado máximo do Ministério que é o CGE, auxiliando a alta administração na tomada de decisões referente às políticas públicas e a governança do MJSP. Em seguida, a representante do DEPEN, Sra. Márcia Tsunoda, informou que a unidade está revisando o seu planejamento estratégico e que, por isso, ainda não enviou os formulários de detalhamento e relatórios de monitoramento pendentes, mas que em breve serão encaminhados.
7. Concluído o tópico anterior da pauta, foi iniciada a apresentação do detalhamento das seguintes Políticas Públicas:
  - Departamento Penitenciário Nacional: Política de Promoção da Cidadania do Preso e do Egresso – Eixo: Religião (17275484), apresentada pelo Sr. Cristiano Tavares Torquato, representante da unidade DEPEN.
  - Secretaria de Gestão e Ensino – SEGEN: Política de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública (17253751), apresentada pelo Sr. Diego Mantovaneli do Monte, representante da unidade SEGEN.
8. Após a apresentação da “Política de Promoção da Cidadania do Preso e do Egresso – Eixo: Religião”, o Sr. David abriu a palavra para os participantes da reunião. O Sr. Leonardo Costa, servidor da Divisão de Planejamento, Processos e apoio à Governança - DPG/CGGE, pediu a palavra e perguntou se a política apresentada estava em fase de planejamento ou se já tinha iniciado a sua implementação. O Sr. Cristiano Torquato, do DEPEN, informou que a política está em fase de planejamento e que estão sendo realizadas trocas de experiências com outras áreas da própria unidade para melhor alinhamento da política, mas que ainda não está em fase de implementação.
9. Após a apresentação da “Política de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública”, o Sr. David perguntou se a revista científica, informada na apresentação, já possui classificação como revista científica. O Sr. Diego Mantovaneli, da SEGEN, informou que sim e que, posteriormente, enviaria o material ao Sr. David.
10. Em seguida, o Coordenador da Comissão comunicou aos presentes as Políticas Públicas que serão apresentadas na próxima reunião ordinária da CT-CGE, prevista para o dia 22 de fevereiro de 2022.
  - SENASP – Política Nacional de Segurança Pública – Eixo: Valorização dos Profissionais da Segurança Pública
  - DEPEN: Política de Fortalecimento do Sistema Penitenciário – Eixo: Controle e Participação Social na Execução Penal
11. Já no tópico relativo aos informes gerais, o Sr. David apresentou os projetos e indicadores estratégicos do Planejamento Estratégico MJSP 2020-2023, que serão apresentados na próxima reunião do Comitê de Governança Estratégica - CGE, prevista para o dia 24/02/2022:

**Secretaria de Gestão e Ensino - SEGEN:**

- Projeto: Compras SUSP – Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública; e
- Indicador: Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo.

**Polícia Federal - PF:**

- Projeto: Programa Ouro Alvo – POA; e
- Indicador: Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo.

**Secretaria Nacional de Política sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD:**

- Projeto: Alienação de ativos em todo o Brasil – Edição 2021; e
- Indicador: Percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos.

12. Dando sequência aos informes gerais, o Sr. David informou sobre a publicação da Mensagem Presidencial 2022, documento que apresenta os principais resultados dos órgãos do poder executivo ocorridos no ano de 2021 e as ações previstas para 2022. Informou que o referido documento foi encaminhado às unidades e sugeriu a análise das informações referentes aos resultados do MJSP pelos gestores. Posteriormente elogiou o trabalho e esforço das unidades no envio dos subsídios e consolidação do documento e em seguida apresentou o resumo das principais informações do MJSP contidas na Mensagem, quais sejam:

- **Segurança Pública** (destaque para o SUSP);
- **Violência doméstica** (destaque para as operações integradas);
- **Combate a crimes ambientais** (destaque para Operação Guardiões do Bioma);
- **Povos indígenas** (destaque para combate a COVID e planos de barreiras sanitárias);
- **Tecnologia e Inteligência** (com destaque para SISNAB, SISP, Banco de Perfis Genéticos);
- **Combate ao tráfico** (com destaque para apreensões de drogas, operações, Sistemas de Alerta Rápido, ativos apreendidos, gestão de ativos, valorização dos servidores (Habite-se Seguro); e
- **Sistema Penitenciário** (com destaque para o Sisdepen, investimentos em geração de vagas, alternativas penais).

13. Em seguida, foi falado sobre o Monitoramento do Plano Plurianual - PPA 2020-2023 – Ciclo 2021 e destacada a realização de reuniões para tratativas em relação ao tema. O Sr. David ressaltou a importância e a responsabilidade dos gestores em verificarem a coerência dos resultados encaminhados para compor o monitoramento do PPA com os dados já informados na mensagem presidencial, no relatório de gestão integrado e no planejamento estratégico. Os resultados informados pelas unidades devem ser os mesmos a fim de garantir a confiabilidade dos dados perante às avaliações dos órgãos de controle e na prestação de contas para a sociedade.

14. Seguindo a pauta, o Sr. David informou que a revisão do PPA 2020-2023 está prevista para iniciar em março de 2022 e terá como objetivos:

- a) melhorar a qualidade dos atributos do PPA (de acordo com a sua metodologia);
- b) manter o realismo fiscal; e
- c) fortalecer o vínculo do PPA com as propriedades de governo e dos órgãos setoriais.

15. Na sequência, o Subsecretário tratou da revisão da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2022, com relação a revisão do cadastro das ações e planos orçamentários aprovados nesta LOA. Neste sentido, explicou que foi encaminhado o Ofício-Circular nº 13 solicitando manifestação das unidades quanto à necessidade de ajustes no cadastro das ações, já que algumas unidades fizeram as solicitações de alteração (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Depen, Senasp, Seopi, Segen e Senacon) e outras não (Arquivo Nacional, DTIC/SE, SAA/SE; Senajus e Senad). O Sr. David informou que não houve manifestações das unidades quanto aos ajustes nas metas ou indicação de erro no preenchimento. Foi reforçada a importância da revisão, correção e ajustes desses documentos considerando que tais informações constam no acompanhamento físico-financeiro que integra o Relatório de Prestação de Contas do Presidente da República.

16. Em seguida, a Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional, Sra. Bruna Moreira, pediu a palavra e informou que, recentemente, foram enviadas às unidades orientações sobre o monitoramento do PPA. Com a devolutiva das áreas, foi percebido que não estão sendo informados os resultados de forma geral e, principalmente, dos indicadores das operações de segurança pública. Ressaltou que voltará a fazer tratativas com as unidades para alinhamento das informações, uma vez que tais dados deverão ser informados aos órgãos de controle. Em seguida, o Sr. David corroborou a fala da Sra. Bruna sobre a importância do indicador de operações, considerando que tais informações devem ser robustas e precisas para qualificar o documento enviado aos órgãos de controle, além de ser importante instrumento para tomada de decisão da alta liderança.

17. Dando sequência ao tópico dos informes gerais, o Coordenador da CT-CGE falou sobre o tema “Agenda da Primeira Infância”. Lembrou aos participantes que essa agenda é uma obrigação legal e que de acordo com a Lei nº 13.971/2019 os gastos relacionados com essa agenda e os resultados obtidos pelo Ministério devem ser informados ao

Ministério da Economia, reafirmando a importância do tema. Informou que as unidades já pediram a criação de planos orçamentários específicos para atender a demanda. Destacou que, devido à dificuldade encontrada por algumas unidades para criar um plano específico para essa agenda no orçamento, as mesmas apresentarão apenas os resultados alcançados em ações que, de forma direta ou indireta, atingiu esse público-alvo específico. Em seguida, foi informado que essa primeira etapa está praticamente concluída e que, mais adiante, será dado início à etapa do acompanhamento dessa agenda, seguida de uma terceira etapa voltada para transparência ativa dos dados. Neste sentido, o Sr. David pediu especial atenção aos gestores no acompanhamento desses resultados.

18. Já em relação ao tema “Política para Mulheres”, foi informado que é uma inovação prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2022 e que também será necessário fazer um recorte no orçamento para essa agenda. Assim como na agenda da primeira infância, algumas unidades informaram que não conseguiram criar um plano orçamentário específico para esta demanda. Diante disso, para que essa demanda seja acompanhada e posteriormente se dê transparência ativa sobre estes resultados, ficou acordado que essas unidades apresentarão os resultados de ações que, de alguma forma, beneficiaram esse público-alvo.
19. Sobre a execução orçamentária o Sr. David informou que, no ano de 2021, o Ministério bateu o recorde da série histórica na execução do orçamento referente as políticas públicas, chegando ao percentual de 99,41% de execução. Foi a melhor execução orçamentária do Ministério desde o ano 2000. Em seguida, apresentou o ranking de execução do ano de 2021, por unidade. Dando sequência, tratou sobre o histórico de arrecadação do Ministério. Na sequência, o Sr. David informou sobre a arrecadação do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen e do Fundo Nacional Antidrogas – Funad, que fazem parte da política pública de Gestão de ativos da Senad. Relatou que a Senad, após alteração no decreto de competências, começou a leiloar bens do Funpen, referentes a outros crimes não relacionados ao tráfico de drogas, tornado a receita com leilão desses bens a maior receita do Funpen. Em seguida o Sr. Magliano, representante da Senad, pediu a palavra e informou que a demanda de repasse para os estados tem aumentado significativamente. Dessa forma, pediu aos outros gestores que tenham especial atenção na divulgação desses repasses aos estados, uma vez que os recursos recolhidos da venda dos bens são aplicados novamente na segurança pública dos estados.
20. Por fim, o Sr. David abriu a palavra para que os participantes fizessem algum apontamento ou sugestão de pauta para a próxima reunião, mas não houve manifestação.
21. Encerrada a pauta prevista, a Sr. David Freitas agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

#### **ENCAMINHAMENTOS:**

- **CGGE enviará e-mail contendo:**

- Apresentação CT-CGE;
- Memória da reunião;
- Planilha de Controle de detalhamento e monitoramento de políticas públicas (AN, FUNAI, PF e PRF);
- Envio da planilha com as principais alterações da Portaria do Ministro nº 2, de 28 de fevereiro de 2022, que atualizou informações do Sistema de Governança do MJSP substituindo o normativo anterior (Portaria nº 86, de 23 de março de 2020). (Encaminhamento acordado durante a reunião).

- **Solicita-se às UNIDADES:**

- Apresentações das políticas públicas; e
- Detalhamento e monitoramento de políticas públicas pendentes por meio de processo SEI para a caixa SEI da CT-CGE.

- **Gravação da reunião:**

- Link da gravação da reunião – [Clique aqui](#)



Documento assinado eletronicamente por **Matheus José Ferraz Fernandes, Agente Administrativo(a)**, em 25/02/2022, às 09:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA CRISTINA PORTO, Gerente de Projeto - Substituto(a)**, em 25/02/2022, às 09:38, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CARDOSO GROCHEVICZ, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 25/02/2022, às 10:03, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 25/02/2022, às 11:37, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDO ZUGLIANI, Usuário Externo**, em 25/02/2022, às 16:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **João Francisco Goulart dos Santos, Usuário Externo**, em 25/02/2022, às 17:20, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Salomão Braga, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 02/03/2022, às 14:12, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo da Cruz Sant'Ana, Usuário Externo**, em 02/03/2022, às 16:50, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Raíssa Guimarães Carvalho, Assistente Técnico(a)**, em 02/03/2022, às 17:30, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanni Magliano Júnior, Diretor(a) de Gestão de Ativos**, em 02/03/2022, às 18:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Brenda Juliana da Silva, Analista Técnico(a) Administrativo(a)**, em 03/03/2022, às 17:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Aiko Tsunoda, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do DEPEN**, em 08/03/2022, às 16:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME ALVES DOS SANTOS, Chefe da Divisão de Monitoramento Estratégico**, em 14/03/2022, às 15:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **NATALIA FERREIRA DA ROCHA, Chefe da Divisão de Planejamento, Processos e Apoio à Governança**, em 14/03/2022, às 15:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ELVIS SILVARES PEREIRA, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 15/03/2022, às 11:33, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WESLEY DE MELLO LEÃO, Usuário Externo**, em 06/04/2022, às 17:01, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Gois de Oliveira, Chefe do Serviço de Apoio à Divisão de Atualização da Informação**, em 12/04/2022, às 17:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **17244307** e o código CRC **2640B998**



O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

---

Referência: Processo nº 08004.000031/2022-56

SEI nº 17244307